

CORDIAL, MAS NEM TANTO!
A banalização do discurso de ódio no Brasil

Aline Ferreira da Silva
alinegandhi@hotmail.com

Antônio Fagner Santos Menezes
antoniomenezes5754@gmail.com

Carlos Vinícius de Jesus
scarlosvinicius363@gmail.com

Crislaine dos Santos
crislainedavyd2@gmail.com

Eduarda de Jesus
eduardajesusoliveira546@gmail.com

Lara Beatriz da Silva Reis
laracarira3655@gmail.com

Maria Clara
mariaclara.matos12341@gmail.com

Vitória Maria da Silva Pereira
pereiramariavivi@gmail.com

Resumo- O presente artigo tem como objetivo analisar a formação dos discursos de ódio durante as eleições de 2018, compreendendo os contextos que antecederam e sucederam este momento. Para tanto, partimos da refutação de que o Brasil seria um país amistoso e cordial (no sentido de receptividade e não no atribuído por Sérgio Buarque de Holanda (2004), afirmando, por outro lado, o seu caráter conflitivo e segregador. Como metodologia de investigação, tomaremos a análise do discurso aos moldes de Michael Foucault (2005; 2012). Diante disso, adotamos os discursos como uma narrativa que constrói realidades e, com isso, que constroem realidades a partir de relações de poder e ideologias.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico é fruto do processo investigativo que teve início em 2019 durante execução do projeto de pesquisa “Cordial, mas nem tanto! A banalização do discurso de ódio no Brasil”. A partir de uma abordagem sociológica, traçamos um perfil sobre o cenário político brasileiro dos últimos dois anos, destacando os temas que mais foram relacionados a manifestações de ódio e intolerância.

Tomando como referência a obra do filósofo Leandro Karnal (2017), “Todos contra todos:

o ódio nos de cada dia”, a primeira hipótese que investigamos foi: no Brasil os discursos de ódio vem sendo construídos historicamente num misto de negação e apologia aos mesmos. Negação porque insistimos em nos apresentar como povo pacífico e receptivo, que diferente dos países que vivem em guerra, aqui, reina a paz. Por outro lado, na contramão do negacionismo do ódio, o tornamos um fenômeno natural, corriqueiro, de uma forma que naturaliza torturas e justifica autoritarismos os mais diversos. Pra comprovar esta hipótese, optamos por investigar os discursos proferidos sobre a questão racial no Brasil. A eleição deste recorte deu-se pelo grau elevado de arbitrariedade sobre a forma como o mesmo tem sido tratado, envolvendo desde a negação da problemática à difamação da população negra e dos direitos a eles resguardados.

Neste artigo, apresentaremos as análises direcionadas para os discursos de ódio em relação à questão racial.

MATERIAL E MÉTODO

Durante o período em que a pesquisa foi desenvolvida a estratégia eleita para coletar e selecionar os dados para a análise foi mapear os temas mais comuns que

envolviam manifestações claras de ódio. Por “manifestações claras de ódio” entendemos os temas que foram tomados pela agenda política nos últimos anos que traziam consigo polêmicas com ofensas de cunho social e/ou cultural.

Dado o universo de extremos vividos pelo Brasil nesta última década, e em especial nos últimos anos, a quantidade de material encontrado foi imenso e com temáticas as mais variadas: ódio contra quilombolas/negros; ódio contra os povos indígenas e da floresta; ódio contra a mulher e suas bandeiras de luta; ódio contra servidor público e a coisa pública (educação pública, saúde pública); ódio contra intelectuais brasileiros, em especial os intelectuais da educação, a exemplo de Paulo Freire; ódio contra a esquerda e a suposta ideia do que é ser comunista; ódio contra o poder judiciário, inclusive com manifestos em prol do fechamento do supremo tribunal.

Neste sentido, com objetivo de aprofundar a análise e explorar melhor os dados coletados, fizemos um recorte sobre o tipo de discurso que iríamos investigar. A partir daí chegamos a duas linhas investigativas: uma, estimulada pelo contexto em que a pesquisa foi realizada (de pandemia do Coróva Vírus), a qual nos permitiu acessar um repertório de discursos de ódio à ciência e de apologia ao senso comum e às fake news. A outra linha investigativa direcionou-se para os discursos de ódio e a questão racial, tema recorrente entre os “odiáveis”.

Como estratégia de interpretação dos dados tomamos a análise do discurso aos moldes de Michael Foucault (2005; 2012), para o qual o discurso é uma rede de significados conectado a tantas outras redes, e controlada em função de interesses. Assim, entre os resultados produzidos ao longo da pesquisa trouxemos, além da sistematização dos discursos, a contextualização do cenário de articulação e manifestação dos mesmos.

RESULTADO E DISCUSSÕES

1.1 Dos “benefícios da escravidão” ao “racismo nutella”

Em 2006, quando lançou a obra “não somos racistas”, o jornalista Ali Kamel figurou no cenário brasileiro como o “grito” dos que não suportam pensar que o Brasil era um País racista. Fazendo uso de dados estatísticos, do conhecimento biológico (para o qual não existem raça negra, mas tão somente raça humana) e do apreço à perspectiva da democracia racial brasileira ao modo Gilberto Freyre, Kamel sintetizou no título do seu livro àquilo que anos depois tomaria o palco dos debates políticos a respeito da democracia no Brasil.

O inconformismo com as cotas, a negação do racismo equanto problema social (e não biológico) e o enquadramento da luta pela igualdade racial como se fosse uma reivindicação por privilégios não só desconsiderou a realidade sócio-histórica brasileira como estimulou uma onda reacionária. Não obstante, os protestos sociais e o racismo institucional que tinham como bandeira a crítica às políticas de promoção a igualdade racial, os anos que seguiram ao impeachment do Governo Dilma consolidou o discurso político de que o problema racial no Brasil é uma questão de “coitadismo”.

Ao analisarmos os discursos proferidos pelo atual presidente da república, Jair Bolsonaro, identificamos a retórica negacionista, para o qual não só não existe um problema racial no Brasil, como quem luta para superá-lo estaria se aproveitando de uma situação de privilégios e favorecimento. E nesta linha argumentativa encaminham-se todos os discursos que deixam de ser apenas uma deferência de postura e pensamento para tornar-se um discurso de ódio pela causa. É o que fica claro nos relatos abaixo:

Quadro 1: Discursos do então presidente Jair Bolsonaro sobre a questão racial

ANO	DISCURSO
2011	"Eu não entraria em um avião pilotado por um cotista nem aceitaria ser operado por um médico cotista" (Em entrevista ao programa CQC, em 2011)
2017	"Eu fui em um quilombola [sic] em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano gasto com eles" (Em palestra em abril de 2017)
2018	"O português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos" (Em entrevista ao programa Roda Viva, em julho de 2018, como candidato à Presidência)
2018	"Você não tem que ter uma política para isso. Isso não pode continuar existindo, tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil. Vamos acabar com isso" (Em entrevista à TV Cidade Verde, outubro de 2018, como candidato à Presidência).

(SILVA, et al 2020)

Conforme podemos observar no quadro 1, ao longo da última década o que deveria ter sido um debate político baseado em dados e análises científicas tornou-se, ainda mais, objeto de propagação de preconceitos, arrogância e puro partidarismo. Seguindo a ordem cronológica dos discursos, temos: o ódio contra o estudante cotista, considerado como um impostor, alguém que fez jus ao que não tinha direito e que, portanto, está condenado a ser um profissional que não merece reconhecimento. Logo em seguida, o ódio contra o povo quilombola: “gordos”, “preguiçosos”, “não servem nem para gerarem filhos”. Em poucas palavras, todo o preconceito declarado e reafirmado por um pré-candidato à presidente da república de uma nação que passou quase quatro séculos sob o regime escravocrata.

Em 2018, já como candidato à presidente, os discursos “evoluiram” para a culpabilização do negro/povo africano pelo regime escravista brasileiro: “os portugueses nem pisaram na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos”. Numa estratégia clara de desviar o real problema gerado pela escravidão no Brasil, o autor do discurso ameniza os danos causados pelo regime e relativiza a culpa dos que conduziram o processo. Afinal, se foram os próprios africanos que entregaram os seus “irmãos”, como culpar os portugueses por terem usado a mão de obra escrava? Ou, como promover uma política de reparação à população negra escravizada se eles próprios já viviam em uma realidade assim ao residirem no território africano? Teriam os portugueses os salvados de

serem escravizados lá para serem escravizados aqui? Seria a nossa escravidão tão amena que os seres humanos que para aqui vieram foram contemplados com um golpe de sorte?

Por fim, seguindo as premissas expostas, a narrativa chega até a conclusão: se o sistema de cotas (intuitivamente analfabetado) não é eficiente; se os quilombolas, descendentes diretos dos povos negros escravizados, não servem “para nada” (a não ser para engordar); se a escravidão era um sistema já existe no continente africano, por quê reparar algum dano a esta população? Por quê expô-los ao “coitadismo”?

Os discursos ora apresentados recorrem à uma estratégia argumentativa fundamentada na desconstrução de fatos e processos históricos, negando estudos científicos e tomando como referência as impressões puramente intuitivas. A forma como se publiciza supostas “análises” funcionam mais como mecanismo de incitação ao ódio do que como um jogo de disputa no campo democrático. Quando se resume uma questão histórica e social a puro achismos, abri-se espaço para substituir momentos de reflexões e diálogos a preconceitos e plataformas eleitoreiras.

Não obstante os conteúdos manifestos ante os debates eleitorais, os discursos de ódio contra a questão racial no Brasil tomou o âmbito dos espaços institucionais. Isso porque, ratificando as posturas do “líder maior”, o atual Ministro da Fundação Cultural Palmares (FCP), Sérgio Nascimento de Carmago, ratificou a negação do racismo no Brasil, acrescentando a esta crença o desejo de extinção de todos àqueles que falem o contrário. Observemos o quadro II com os discursos do mesmo:

Quadro II – Discursos do Ministro da Fundação Cultural Palmares sobre a questão racial no Brasil

Data	Discurso do Ministro da FCP, Sérgio Nascimento Camargo
16 de agosto de 2019	"Não há salvação para o movimento negro. Precisa ser extinto! Fortalecê-lo é fortalecer a esquerda" (CAMARGO, 2019)
23 de agosto de 2019	"Não existe pacto de solidariedade entre pretos. Nenhum preto é meu "irmãozinho de cor". Se é bandido, cadeia ou vala! (CAMARGO, 2019)
27 de agosto de 2019	"A escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes. Negros do Brasil vivem melhor que os negros da África". (CAMARGO, 2019)
15 de setembro de 2019	"O Brasil tem racismo nutella. Racismo real existe nos EUA. A negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda". (CAMARGO, 2019)
31 de outubro de 2019	"Cotas para negros precisam acabar! Além de estimular a fraude racial, ignoram o mérito, desrespeitam o princípio da igualdade, geram ressentimento e alimentam o racismo. Devem ser substituídas por cotas sociais". (CAMARGO, 2019)

(SILVA et al. 2020)

É difícil imaginar que em uma sociedade democrática, que legalmente garante a diversidade de manifestação de ideias, tenhamos chegado ao ponto de ouvir a frase *o movimento negro precisa ser extinto!* O que, além do ódio, legitimaria tal postura em um cenário de representação política? Ou, melhor dizendo, o que distancia a nossa democracia dos regimes autoritários, os quais, intolerantes a toda forma de adversidade, enquadra, prende, execulta, ideias, como também, seres humanos? O que faz com que um profissional assuma o cargo de ministro em um órgão de promoção da igualdade racial se, para este, a desigualdade racial não existe? Se a luta por ela é uma blasfêmia, uma bandeira que não tem motivo de ser senão pela tentativa de golpe do chamado comunismo?

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, em “Como as democracias morrem” (2018) nos alertam que na sociedade contemporânea as estruturas democráticas não são sucumbidas mais pelo poder das armas, das guerras, do golpe. Atualmente esta queda vem com a própria arma usada pelos regimes democráticos ante o autoritarismo: as eleições. No século XXI, os líderes que minam a democracia vem justamente das disputas eleitorais, as quais deixam de lado as propostas e o diálogo e centram-se no estímulo ao medo, às mentiras. Vem com a difamação das estruturas democráticas, a exemplo da sofrida pelo poder judiciário, pelos direitos humanos ou de qualquer coisa que resguarde a divergência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Extrema direita; Onda conservadora; Fascismo; Reacionarismo; Autoritarismo. Você sabe com quem está falando? Quando foi que fechamos os olhos para esse Brasil com tanto ódio? Quando foi que ao invés de nos olharmos ao espelho, adormecemos em berço esplêndido, tornando exótico aquilo que era obscuro e naturalizando o que era brutal? Quando foi que ao invés de questionarmos a exclusão social preferimos colocar o povo na avenida e vender para o mundo o ufanismo do País do

carnaval? As mortes de negros pela polícia? O horror sofrido por gays? O desprezo dedicado à classe trabalhadora? Quando foi que o Brasil se tornou tão eugenista, crescendo em número e em política os discursos daqueles que se acham supremacistas? Quando foi que passamos a votar em nome de Deus? A odiar em nome de Deus? A matar em nome de Deus? Quando foi que tornamos rotina o ódio pelo outro?

Não obstante o apartheid disfarçado em forma de “cordialidade”, os muros do ódio continuam a dividir outras gentes, condenando e expurgando todos àqueles que fogem ao padrão moralizador do brasileiro que grita ser “conservador”. E que grita também o seu desprezo ao gay, ao nordestino, ao estudante, ao professor, ao suposto comunista ou a qualquer um que se mostre contrário à ordem estabelecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. CARDOSO, F. H; IANNI, O. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1960.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, nº 2, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. HONANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 1996.

SAFATLE, Vladimir. **Amar uma ideia**. In: HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Sobre o autoritarismo Brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. M. e STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.